

LÍNGUA PORTUGUESA**10 (questões)**

(Texto)

1 Está em curso uma espécie de guerra fiscal global. Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios. O Brasil - que amarga uma

5 crise fiscal e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos- corre o risco de ficar para trás, o que significaria perda de investimentos e de empregos.

O exemplo mais retumbante dessa competição

10 vem do Norte. Em dezembro, os congressistas americanos aprovaram a redução da alíquota do imposto sobre o lucro das empresas de 35% para 21%. Ao Sul, porém, há movimentos na mesma direção. Na virada do ano, a Argentina seguiu

15 Donald Trump e também aprovou um corte tributário progressivo.

A lista de nações que já anunciaram a intenção de reduzir os tributos corporativos nos próximos dois anos é diversificada. Inclui Japão, Grécia, Bélgica

20 e Reino Unido. A expectativa é que o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.

(Adaptado de Folha de S. Paulo, 28/01/2018)

01. Assinale a alternativa em que foi utilizado o recurso da referência para a manutenção da coesão do Texto:

- a) “Está em curso uma espécie de guerra fiscal global.” (linhas 1 e 2)
- b) “... para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios.” (linhas 3 e 4)
- c) “Em dezembro, os congressistas americanos aprovaram a redução da alíquota (...)” (linhas 10 e 11)
- d) “Na virada do ano, a Argentina seguiu Donald Trump (...)” (linhas 14 e 15)

02. “O Brasil - que amarga uma crise fiscal e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos - corre o risco de ficar para trás, o que significaria perda de investimentos e de empregos.” (linhas 4 a 8).

No período acima, há um verbo conjugado no futuro do pretérito do indicativo, o qual é empregado para:

- a) Designar ações posteriores à época de que se fala.
- b) Indicar uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada.
- c) Exprimir uma ação repetida ou contínua.
- d) Exprimir a possibilidade de um fato passado.

03. Acerca das partículas “que” presentes nos trechos abaixo, representadas por (1) e (2), é correto afirmar que:

“A lista de nações que (1) já anunciaram a intenção de reduzir os tributos corporativos (...)” (linhas 17 e 18)
“A expectativa é que (2) o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.” (linhas 20 a 22)

- a) A partícula (2) retoma uma conjunção e exerce a função de sujeito simples da oração a que pertence.
- b) O elemento (2) é um termo anafórico de coesão que estabelece um elo de ligação entre duas orações.
- c) A partícula (2) classifica-se morfologicamente como uma conjunção integrante.
- d) O termo (1) introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva com predicado nominal.

04. A forma verbal no trecho do Texto “... nos próximos dois anos é diversificada.” (linhas 18 e 19) encontra-se transformada para a voz passiva na seguinte alternativa:

- a) “se diversificou”
- b) “diversifica-se”
- c) Não é possível a transformação para a voz passiva.
- d) A locução já se encontra na voz passiva.

05. “Inclui Japão, Grécia, Bélgica e Reino Unido.” (linhas 19 e 20). Analisando sintaticamente o período acima, pode-se afirmar que o sujeito do verbo existente é:

- a) Elíptico.
- b) Composto.
- c) Oracional.
- d) Inexistente.

06. “Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios.” (linhas 2 a 4).

Analisando-se o trecho acima retirado do Texto, é correto afirmar que:

- a) Possui uma oração principal que se encontra na voz passiva e sua alteração para a voz ativa resulta em uma oração com sujeito indeterminado.
- b) O verbo da oração subordinada conclusiva concorda em número e pessoa com seu sujeito oculto.
- c) A preposição “a” é exigida pela regência nominal de palavra anterior.
- d) A palavra “para” classifica-se como uma conjunção integrante.

07. Em “... e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos (...)” (linhas 5 e 6), a partícula “se” é utilizada com o fim de:

- a) Indeterminar o sujeito da oração em que se insere.
- b) Complementar o sentido do verbo.
- c) Ressaltar o sujeito da oração em que se insere.

- d) Integrar o verbo de forma pronominal.
08. Levando-se em consideração os conceitos de frase, oração e período, é correto afirmar que o trecho abaixo retirado do Texto é considerado um (a):
- “A expectativa é que o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.”* (linhas 20 a 22)
- a) Frase, uma vez que é composta por orações coordenadas e subordinadas.
b) Período, composto por três orações.
c) Oração, pois possui sentido completo.
d) Período, pois é composto por frases e orações.
09. Analise a frase a seguir: *“Ansiado, agarrou-se à árvore.”* (Manuel da Fonseca, FC, 126). Acerca do trecho sublinhado, é correto afirmar que:
- a) Caracteriza-se como uma oração reduzida de infinitivo que, ao ser desenvolvida, apresenta sujeito indeterminado.
b) Representa o complemento de um verbo transitivo indireto por meio de uma oração substantiva objetiva indireta reduzida de infinitivo.
c) É uma oração reduzida por participio de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pela oração principal, ou intensifica o sentido desta.
d) A oração em destaque tem valor adjetivo; não a encabeça, porém, o pronome relativo “que”, nem seu verbo se apresenta numa forma finita, mas na do infinitivo pessoal.
10. As vírgulas presentes na frase *“Pois eu caçava, visgava, alçapava.”* (Luandino Vieira, JV, 74.) são utilizadas pelo autor com o objetivo de:
- a) Indicar a continuidade de uma ação ou fato.
b) Isolar expressão de valor meramente explicativo.
c) Representar na escrita hesitações comuns da língua falada.
d) Separar orações coordenadas assindéticas.

MATEMÁTICA

05 (questões)

11. Felipe deseja comprar um carro no valor de R\$ 29.400,00, no entanto, ainda não possui o valor total para a compra. Para arrecadar o valor total, Felipe aplicará seu capital no valor de R\$ 15.000,00 à taxa de juros simples mensal de 2%. Com base nisso, é correto afirmar que Felipe conseguirá comprar o carro após:
- a) 10 meses.
b) 24 meses.
c) 36 meses.
d) 48 meses.

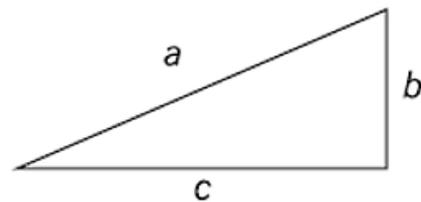
12. A razão entre “a” e “b” é igual a 4. Portanto, é correto afirmar que a razão entre $(4a - b)$ e “2a”, em termos percentuais, é igual a:

- a) 100%
b) 125,50%
c) 175%
d) 187,50%

13. Durante uma viagem de avião, o piloto anunciou que estavam viajando a 45.000 pés de altura. Considerando que um pé equivale, aproximadamente, 0,30 metros, a que altura, em quilômetros, o avião viajava no instante do anúncio do piloto?

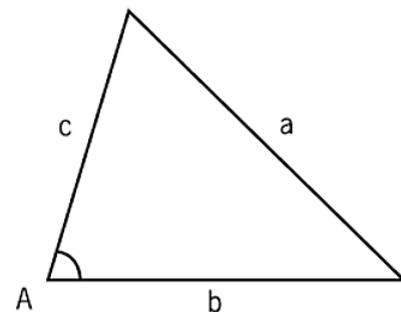
- a) 135 km
b) 13,5 km
c) 1,35 km
d) 0,135 km

14. Considere o triângulo retângulo abaixo. Com base nisso, assinale a alternativa correta para encontrar o valor de “a”:



- a) $a^2 = b^2 + c^2$
b) $a^2 = b^2 + c^3$
c) $a^2 = \frac{b^2}{c^2}$
d) $a^2 = b^2 \times c^2$

15. “Em qualquer triângulo, o quadrado de um lado é igual à soma dos quadrados dos outros dois lados menos o duplo produto destes lados pelo cosseno do ângulo entre eles.”. A regra que rege tal citação, bem como sua equação são, respectivamente:



- a) Lei dos cossenos; $a^2 = b^2 + c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$
b) Lei dos senos; $a^2 = b^2 + c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$
c) Lei dos cossenos; $a = b^2 \cdot c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$
d) Lei dos senos; $a^2 = b^2 - c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$

GERAIS E ATUALIDADES 05 (questões)

16. No ano de 2018 ocorrerão no Brasil eleições presidenciais e também para outros cargos políticos. Em nosso país o voto é obrigatório, contudo o eleitor pode votar em branco ou anular o seu voto, caso não queira optar por nenhum dos candidatos disponíveis. Analise sobre o voto nulo no Brasil:

I- O Tribunal Superior Eleitoral considera como o voto nulo, quando o eleitor digita um número de candidato inexistente, como, por exemplo, "00", e depois a tecla "confirma";

II- Atualmente, vigora o princípio da maioria absoluta de votos válidos, conforme a Constituição Federal e a Lei das Eleições, ou seja, são considerados apenas os votos válidos, que são os votos nominais e os de legenda, para os cálculos eleitorais, desconsiderando os votos em branco e os nulos;

III- Se um terço dos eleitores anularem seus votos, deverá ocorrer novas eleições automaticamente.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

17. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou o primeiro mês do ano de 2018 em 0,29%, após ficar em 0,44% em dezembro de 2017. É a menor inflação para janeiro desde o início da série histórica do IBGE em 1994, com a criação do Plano Real.

(Fonte adaptada:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/02/08/inflacao-janeiro-ipc-a-ibge.htm?cmpid=copiaecola>)

Com base na notícia acima e utilizando os seus conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que:

- a) A inflação cresceu muito, frente aos anos anteriores.
- b) A inflação no Brasil diminuiu, com relação aos anos anteriores no mês de janeiro.
- c) A inflação no Brasil subiu em média 2% entre janeiro e fevereiro.
- d) A inflação no Brasil diminuiu em média 0,44% no mês de janeiro.

18. Assinale (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas, segundo os dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre o município de Leme-SP, e em seguida assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de cima para baixo:

(___)- A população estimada para o município de Leme no ano de 2017, foi inferior a 102.000 (cento e dois mil) habitantes;

(___)- Os biomas encontrados no município são: Cerrado e Mata Atlântica;

(___)- O gentílico empregado quem nasce no município é Lemiense.

- a) F-V-V.
- b) V-F-V.
- c) F-F-V.
- d) V-V-F.

19. Assinale a alternativa correta sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, também denominada de Revolução de 1932:

- a) Estava diretamente ligada com a crise de 1929 no EUA, tinha como intenção instituir o parlamento no Brasil.
- b) Teve duração de três anos.
- c) Ocorreu no estado de São Paulo.
- d) Foi um movimento a favor do presidente de Getúlio Vargas.

20. Assinale a alternativa incorreta sobre a geografia dos estados e regiões brasileiras:

- a) Todos os estados da região nordeste no Brasil possuem faixa litorânea.
- b) A região norte do Brasil é composta por sete estados dentre eles o Tocantins.
- c) Na região centro-oeste o maior estado em extensão é o Mato Grosso.
- d) Se somarmos os estados da região sul, com os estados da região sudeste do Brasil, no total teremos oito estados.

ESPECÍFICAS 30 (questões)

21. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia, conforme a lei 13.303/16, admitirão os seguintes regimes, exceto:

- a) Contratação semi-integrada.
- b) Empreitada integral.
- c) Contratação integrada.
- d) Administração contratada.

22. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Acerca do assunto, é correto afirmar que:

- a) Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até noventa dias.
- b) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a perícia judicial.

- c) O recurso administrativo, em regra, possui efeito apenas devolutivo, no entanto poderá a autoridade competente conceder efeito suspensivo.
- d) Do recurso administrativo interposto por servidor público não poderá resultar agravamento de penalidade.
23. Em se tratando de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforme lei 8.987/95, é correto afirmar que:
- a) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- b) Cessada a encampação, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.
- c) O poder concedente poderá autorizar, conforme condições do contrato de concessão, a assunção do controle da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem mantenha vínculo societário direto.
- d) São princípios que caracterizam a prestação de serviços públicos a continuidade, generalidade, modicidade, adequação, operabilidade e anualidade.
24. Sob o aspecto da amplitude, autoridade administrativa que anula ou revoga ato da administração pública por intermédio de um recurso do servidor público dirigido a autoridade imediatamente superior caracteriza:
- a) Controle de legalidade.
- b) Controle de ofício.
- c) Controle hierárquico.
- d) Controle interno.
25. Uma empresa particular que presta serviços para uma entidade pública deu vantagem econômica a um servidor público para intermediar e acelerar a liberação da verba pública referente ao serviço prestado. Nessa situação, é correto afirmar o servidor responderá por ato de improbidade em razão de:
- a) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- b) Enriquecimento ilícito, sujeitando-se à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, dentre outras penalidades.
- c) Ter agido para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- d) Ter causado prejuízo ao erário, sujeitando-se à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, dentre outras penalidades.
26. Acerca da responsabilidade civil da Administração Pública, analise os itens a seguir e na sequência assinale a alternativa correta:
- I- A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e elencada no risco integral, não se admitindo a aplicação de excludentes de responsabilidade;*
- II- Na hipótese de um detento cometer suicídio em estabelecimento prisional em razão de negligência dos agentes penitenciários, fica caracterizado a responsabilidade objetiva do Estado;*
- III- A responsabilidade civil por ato omissivo do poder público é objetiva, pelo que exige dolo ou culpa, numa de suas três vertentes negligência, imperícia ou imprudência.*
- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.
27. O ato administrativo que se limita a certificar ou atestar um fato sem se vincular ou manifestar a vontade da Administração são denominados:
- a) Atos enunciativos, da espécie certidão ou atestado.
- b) Atos negociais, da espécie licença.
- c) Atos enunciativos, da espécie parecer.
- d) Atos ordinatórios.
28. Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que:
- a) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição o acesso ao Poder Judiciário independe de processo administrativo prévio, a exceção do Habeas Data, controvérsias desportivas e reclamação contra descumprimento de Súmula Vinculante.
- b) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse coletivo ou geral.
- c) A competência constitucional do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
29. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) Proteção do salário-família na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.
- c) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- d) Décimo terceiro salário remunerado com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
30. Compete privativamente à União legislar sobre:
- a) Guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservação do patrimônio público.
- b) Juntas comerciais.
- c) Responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- d) Seguridade social.
31. A autonomia dos entes federados poderá ser temporariamente suprimida, em situações excepcionais, determinadas taxativamente pela Constituição Federal. Sobre o assunto, é incorreto afirmar que:
- a) Não há possibilidade de intervenção federal em municípios, pois trata-se de competência estadual.
- b) A União intervirá nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- c) A intervenção federal dependerá de requisição para prover a execução de ordem ou decisão judicial.
- d) Caso haja provimento pelo Tribunal de Justiça à representação formulada pelo Procurador-Geral de Justiça para assegurar observância de princípios indicados na Constituição Estadual, deverá ser decretada intervenção estadual.
32. Serão remunerados exclusivamente por subsídios, exceto:
- a) Procuradores do Estado.
- b) Polícia Rodoviária Federal.
- c) Secretário de Saúde municipal.
- d) Cargo em comissão.
33. A respeito da responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que:
- a) Somente nos crimes de reponsabilidade caberá juízo de admissibilidade perante a Câmara dos Deputados
- b) Nas infrações penais comuns o Presidente ficará suspenso de suas funções desde o recebimento da denúncia pelo Senado Federal.
- c) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração.
- d) Nos crimes de responsabilidade o Presidente ficará suspenso de suas funções desde a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
34. Mandado de Segurança contra ato do Procurador-Geral da República será processado e julgado, originariamente, pelo:
- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
35. Considerando as funções essenciais à justiça, em especial o Ministério Público, é correto afirmar que:
- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República a destituição do Procurador-Geral da República.
- c) São funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, o inquérito civil e a ação civil pública.
- d) É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
36. Conforme o Novo Código de Processo Civil (NCPC), a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a:
- I- Receber citação ou quitação;*
II- Renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação;
III- Atuar em todas as fases do processo, inclusive para o cumprimento de sentença, salvo disposição em contrário na procuração.
- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.
37. Em relação aos atos processuais estabelecidos no NCPC, é correto afirmar que:
- a) Será considerado intempestivo o ato processual praticado antes do termo inicial do prazo.
- b) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- c) Ao juiz é admitido reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- d) Nos processos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá mediante ato de serventuário de justiça.
38. Sobre as provas, segundo as normas do novo Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação do juiz.
- d) As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.
39. No que concerne aos processos de execução, é correto afirmar que:
- a) Em relação à execução contra a Fazenda Pública, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada não poderá ser, desde logo, objeto de cumprimento.
- b) Não deve ser admitida a reavaliação quando qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação.
- c) Os embargos à execução terão efeito suspensivo, em regra.
- d) Em relação à execução contra a Fazenda Pública, na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.
40. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
- a) Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.
- b) Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.
- c) Exclusão de litisconsorte.
- d) Corrigir erro material.
41. De acordo com a Portaria MPS nº 204/2008 e alterações, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) será exigido nos seguintes casos, exceto:
- a) Realização de transferências voluntárias de recursos pela União, inclusive transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social.
- b) Pagamento de valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em razão da compensação financeira com o regime próprio de previdência social.
- c) Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- d) Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
42. A Portaria MPS nº 403, de 2008, prevê em seu artigo 4º, os regimes de financiamento mínimo do plano de benefícios que o RPPS poderá adotar para observância do equilíbrio financeiro e atuarial. O regime financeiro utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-família é denominado:
- a) Regime Financeiro de Capitalização.
- b) Regime Financeiro de Repartição Simples.
- c) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.
- d) Regime Financeiro de Capitalização pura.
43. A lei no 9.796/99 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores dos entes federados. Sobre o assunto,
- a) Cada regime de origem deve pagar ao Regime Geral de Previdência Social, quando instituidor, o valor de 50% da renda mensal do benefício.
- b) Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão, em regra, considerados regimes de origem.
- c) Cada regime próprio de previdência de servidor público tem direito, como regime de origem, de receber do Regime Geral de Previdência Social, enquanto regime instituidor, compensação financeira.
- d) Os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cômputo da compensação financeira devida de lado a lado e dos débitos pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
44. Considerando a Portaria nº 746 que dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:
- I- Ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos;*
- II- Permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos;*
- III- Os recursos decorrentes do Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário*
- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.

45. Considerando a Portaria nº 519, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS, exceto:

- a) Exigir da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações.
- b) Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo anualmente, adotando, tempestivamente, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.
- c) Disponibilizar aos seus segurados e pensionistas a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação.
- d) Assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviços e ou consultoria nas operações de aplicação dos recursos do RPPS e da regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

46. O Direito Tributário possui autonomia em relação às outras disciplinas. Essa autonomia se reveste por algumas características. Quanto a esse tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Direito Tributário possui especificidade ou singularidade, que advém de alguns fatores como o acelerado dinamismo de seu objeto.
- b) O Direito Tributário possui como pilares princípios específicos, entre eles, o da capacidade contributiva e o da uniformidade geográfica.
- c) O Direito Tributário conta com institutos que lhe são peculiares, tais como o lançamento, a denúncia espontânea e a isenção.
- d) No Direito tributário a disciplina das relações jurídicas pertinentes à exigência de seus tributos revela a heterogeneidade das normas que perfazem seu objeto.

47. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:

- a) A Constituição, ao definir a aptidão para instituir tributos a cada ente federativo, em caráter público, não exclui as demais pessoas políticas da mesma aptidão em casos excepcionais.
- b) As isenções representam vedações à competência tributária, veiculando situações de intributabilidade.
- c) A repartição de competências tributárias estabelece o conjunto de atribuições deferidas a cada pessoa política.
- d) Os princípios informadores do direito tributário são normas de menor hierarquia, não tendo, por isso, o condão de limitar a competência tributária.

48. O princípio da capacidade contributiva está positivado no artigo 145, § 1º, da Constituição Federal, que diz: *“sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados consoante a capacidade econômica do contribuinte [...]”*. Sobre o assunto é incorreto afirmar que:

- a) A capacidade contributiva é uma derivação do princípio da igualdade, que irradia os seus efeitos em todos os setores do Direito.
- b) A capacidade contributiva relativa ou subjetiva reporta-se a um grupo de pessoas pertencente a um setor econômico cuja atividade demonstra aptidão para gerar impostos específicos.
- c) A capacidade contributiva absoluta ou objetiva ocorre quando ocorrer a possibilidade de um sujeito passivo em potencial auferir renda constituindo-se, o fato, em uma manifestação de riqueza.
- d) A capacidade contributiva é a aptidão do destinatário legal tributário em suportar a carga tributária em obrigações cujo objeto é o pagamento de imposto.

49. A validade das normas tributárias pode ser entendida, entre outros aspectos, quanto à sua vigência. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A vigência da Lei Tributária é a mesma prevista em normas jurídicas gerais e indica que, em caso de omissão, a lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.
- b) A vigência de decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa se dá com a data da publicação da decisão em questão.
- c) A regra geral de vigência no espaço da lei tributária segue o princípio da territorialidade, devendo vigorar nos limites do território do ente federativo que a editou.
- d) Pelo princípio da territorialidade, não há a possibilidade de editar lei tributária que alcance determinado contribuinte que esteja no estrangeiro por parte de nenhum ente federativo tributante.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) O tributo tem como principal finalidade dotar os cofres públicos de recursos necessários para fazer frente às despesas públicas.
- c) Tributo contributivo é o que encontra sua justificativa na capacidade contributiva, como é o caso dos impostos.
- d) Tributo comutativo ou retributivo é aquele que se base no princípio custo/benefício ou da equivalência, como é o caso de taxas e contribuições de melhorias.